

Demonstrações Financeiras

Apsen Farmacêutica S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Apsen Farmacêutica S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria, Acionistas e Conselho Fiscal da
Apsen Farmacêutica S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Apsen Farmacêutica S.A. ("Companhia" ou "Apsen"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Apsen Farmacêutica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

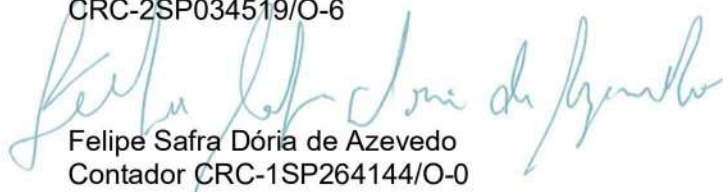
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela administração diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Felipe Safrá Dória de Azevedo
Contador CRC-1SP264144/O-0

Apsen Farmacêutica S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	89.518	39.926
Contas a receber de clientes	7	508.675	374.908
Estoques	8	136.094	123.167
Impostos a recuperar	9	22.986	2.785
Despesas antecipadas		3.888	950
Outros créditos	10	20.951	18.104
Total do ativo circulante		782.112	559.840
Não circulante			
Impostos a recuperar	9	1.420	2.911
Depósitos judiciais	19	2.839	3.964
Outros créditos	10	279	6.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	818	-
Imobilizado	12	381.154	318.713
Intangível	13	11.043	11.409
Ativo de direito de uso	14	3.766	1.462
Total do ativo não circulante		401.319	345.448
Total do ativo		1.183.431	905.288

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	60.309	59.175
Empréstimos e financiamentos	15	62.419	82.772
Arrendamento mercantil	14	1.113	563
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18	58.122	41.546
Impostos e contribuições a recolher	17	24.544	8.888
Imposto de renda e contribuição social		2.008	10.227
Contas a pagar		12.181	6.514
Dividendos a pagar	20	10.338	4.453
Total do passivo circulante		231.034	214.138
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	340.408	126.173
Arrendamento mercantil	14	2.928	1.059
Contas a pagar		68	548
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	3.095
Provisão para contingências	19	5.003	4.646
Total do passivo não circulante		348.407	135.521
Patrimônio líquido			
Capital social	20	278.000	278.000
Reservas de lucros		325.990	277.629
Total do patrimônio líquido		603.990	555.629
Total do passivo e patrimônio líquido		1.183.431	905.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apsen Farmacêutica S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	21	1.034.084	816.312
Custo dos produtos vendidos	22	(347.421)	(259.716)
Lucro bruto		686.663	556.596
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	22	(395.641)	(305.295)
Gerais e administrativas	22	(194.183)	(145.532)
Outras receitas operacionais, líquidas		5.015	(2.866)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		101.854	102.903
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	43.114	68.833
Despesas financeiras	23	(63.028)	(77.554)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		81.940	94.182
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	11	(21.272)	(23.387)
Diferidos	11	3.913	(5.730)
Lucro líquido do exercício		64.581	65.065
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$		64,58	65,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apsen Farmacêutica S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	64.581	65.065
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	64.581	65.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apsen Farmacêutica S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2019		278.000	38.726	191.232	-	507.958
Lucro líquido do exercício		-	-	-	65.065	65.065
Constituição de reserva legal	20	-	3.253	-	(3.253)	-
Juros sobre capital próprio	20	-	-	-	(12.941)	(12.941)
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	(4.453)	(4.453)
Retenção de lucros		-	-	44.418	(44.418)	-
Em 31 de dezembro de 2020		278.000	41.979	235.650	-	555.629
Lucro líquido do exercício		-	-	-	64.581	64.581
Constituição de reserva legal	20	-	3.229	-	(3.229)	-
Juros sobre capital próprio	20	-	-	-	(5.882)	(5.882)
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	(10.338)	(10.338)
Retenção de lucros		-	-	45.132	(45.132)	-
Em 31 de dezembro de 2021		278.000	45.208	280.782	-	603.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apsen Farmacêutica S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		81.940	94.182
Ajustes para conciliar lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	12, 13 e 14	38.828	37.004
Resultado na baixa dos bens do imobilizado e intangível	12	(172)	8.292
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	28.812	8.503
Provisão (reversão) para perdas em estoques	8	12.316	(3.191)
Provisões (reversões) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	357	683
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	7	(402)	(599)
Outras provisões (reversões)		7.436	(60)
		169.115	144.814
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(133.365)	(52.948)
Estoques		(25.243)	(32.040)
Impostos a recuperar		(18.710)	675
Despesas antecipadas, outros créditos e depósitos judiciais		(2.968)	(6.706)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		1.134	8.174
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		16.576	5.458
Impostos e contribuições a recolher		15.656	(7.819)
Contas a pagar		5.187	2.243
Caixa líquido gerado nas operações		27.382	61.851
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.491)	(31.942)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(2.109)	29.909
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	12 e 13	(73.466)	(80.454)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(73.466)	(80.454)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de financiamentos e empréstimos	15	265.000	92.354
Amortizações de financiamentos e empréstimos	15	(129.498)	(49.799)
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	(10.335)	(17.654)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		125.167	24.901
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		49.592	(25.644)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		39.926	65.570
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		89.518	39.926
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		49.592	(25.644)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Apsen Farmacêutica S.A. ("Companhia" ou "Apsen") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, controlada pela Regida Empreendimentos e Participações S.A., e tem por objeto social a fabricação, comércio, importação, exportação, representação comercial, transporte e armazenamento de produtos e insumos farmacêuticos, alimentícios (normais e dietéticos), cosméticos, de perfumaria e toucador, extração e manipulação de produtos químicos e de material biológico, bem como a produção e comercialização de periódicos científicos e a participação em outras sociedades ou outros empreendimentos empresariais.

Impactos da COVID-19 nas operações da Companhia

A Companhia agiu com celeridade e assertividade na criação de um Comitê, o qual ficou responsável pela elaboração e acompanhamento contínuo do Plano de Contingência COVID19 e do Guia de Enfrentamento do COVID-19, dois instrumentos que visavam a identificação de riscos e vulnerabilidades, além de estabelecer medidas de proteção, controle e contenção de eventual proliferação do COVID-19 no âmbito da Companhia. e suas controladas.

A Companhia levou em consideração o "lockdown" instituído pelas autoridades e avaliou os efeitos em sua atividade. Esse efeito não interrompeu sua performance fabril e não foi identificado qualquer índice de redução ao valor recuperável líquido de seus ativos.

A respeito dos compromissos firmes de venda para clientes, a Companhia não espera alterações relevantes em sua composição, visto que sua origem reside em uma forte correlação com a forma como as negociações são realizadas, não tendo sido identificados, até o momento, questões relacionadas a estes compromissos.

Adicionalmente, em momentos como esse se acentuam as preocupações com o caixa, a alavancagem financeira, eficiência de custos e dívidas sujeita à variação cambial e, nesse sentido, a Companhia está bem posicionada para ultrapassar os efeitos advindos da COVID-19, sendo possível ressaltar também a política de gestão de riscos aplicada pela Companhia de forma consistente nos últimos anos.

Além disso, a Administração avaliou os riscos e as incertezas que poderiam afetar as demonstrações financeiras apresentadas, abaixo principais assuntos analisados:

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Impactos da COVID-19 nas operações da Companhia--Continuação

- (a) *Caixa e equivalentes de caixa*: eventuais alterações nos ratings dos emissores dos papéis detidos na carteira destas aplicações que possam levar ao reconhecimento de ajustes ao valor recuperável destes ativos;
- (b) *Contas a receber de clientes*: eventuais aumentos da inadimplência pelo aumento do risco de crédito;
- (c) *Estoques*: reconhecimento de ociosidade dos custos fixos de produção e eventuais riscos relacionados a realização dos estoques;
- (d) *Imobilizado*: avaliação da redução ao valor recuperável líquido dos ativos.

A Administração avaliou os itens acima e entendeu que, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não há impactos materiais que possam afetar as mesmas, bem como não foi verificado indicativo que pudesse comprometer a continuidade dos negócios da Companhia

2. Políticas contábeis

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão expressas em milhares de reais e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Conversão de moeda estrangeira

i) *Moeda funcional e de apresentação*

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual elas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

ii) *Transações e saldos*

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado corrente.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, considerados de liquidez imediata (até 90 dias) ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são derivadas da venda de produtos e serviços, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise individual dos títulos em aberto. Itens vencidos há mais de 180 dias são provisionados integralmente. Em 31 de dezembro de 2021, a provisão constituída é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas em sua realização.

d) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição e/ou fabricação, ajustados ao valor de realização, quando aplicável. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). Para os itens considerados obsoletos ou de giro baixo é constituída provisão para obsolescência, considerando sua futura utilização.

e) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção do ativo imobilizado em andamento, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear (exceto para terrenos e imobilizado em andamento), conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

Um item do imobilizado é baixado no momento da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os gastos com pesquisas e desenvolvimento são registrados como despesas, quando incorridos até a aprovação pelo órgão regulador (Anvisa).

g) Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Arrendamento mercantil financeiro--Continuação

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Arrendamento mercantil financeiro--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

h) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e, quando apropriado, estabelece provisões com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando existentes. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes ou quando há a intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Conforme determinado pela prática contábil aplicável (pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro), o saldo do imposto de renda diferido ativo é registrado no balanço pelo montante líquido do imposto de renda diferido passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

i) Contingências

As provisões são reconhecidas para toda obrigação presente (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

j) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia faz parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia compreendem ativos financeiros, como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e recebíveis de partes relacionadas, e passivos financeiros, como empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e valores devidos a partes relacionadas.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo método do custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Instrumentos financeiros derivativos - "hedge"

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como hedge de taxa de juros para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de *hedge*, o referido instrumento de proteção é classificado como *hedge* de fluxo de caixa, quando destinado à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido; ou

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento dos exercícios, tais como taxas de juros e câmbio (Nível 3). Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção ("*hedge*"), ela não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção ("*hedge accounting*").

l) Empréstimos e financiamentos

São atualizados com base nos respectivos encargos incorridos até a data do balanço, de acordo com os termos dos contratos financeiros, utilizando o método de taxa de juros efetiva, quando aplicável.

O método de taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar os juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

m) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio pagos ou a pagar são originalmente contabilizados no resultado como despesa financeira, sendo posteriormente revertidos na apuração do resultado do exercício e demonstrados como destinação dos lucros acumulados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, como dividendos pagos ou a pagar, segundo a essência da operação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado, na conta "Imposto de renda e contribuição social - correntes".

n) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

o) Reconhecimento de receita

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conjunto com a CVM e CFC, aprovou em 4 de novembro de 2016 o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, que tem correlação com o IFRS 15, a nova norma do IASB sobre reconhecimento de receita.

Conforme descrito no referido pronunciamento, a norma tem por objetivo estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente.

Como princípio básico, a norma estabelece que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de controle de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

De acordo com o CPC 47 (IFRS 15), as entidades aplicarão um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber.

Para os contratos analisados, a Entidade não identificou a necessidade de alteração no processo de reconhecimento de receita. Os preços dos produtos são alocados mediante os valores negociados e aprovados juntos aos clientes e que são expressos e formalizados nas ordens de compras enviadas pelos clientes.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

p) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Alíquota
ICMS - Imposto sobre Circularização de Mercadorias	18%, 12%, 7% e 4%
PIS - Programa Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição da Seguridade Social	7,60%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas nas demonstrações do resultado (Nota 19). Os créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS/COFINS são apresentados como dedução do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

q) Avaliação de recuperação de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Os ativos não financeiros que tenham sofrido "*impairment*" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão e/ou manutenção do "*impairment*" no fim de cada exercício.

r) Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

s) Estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas anteriormente, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das práticas contábeis são: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões necessárias para garantias, testes de "impairment" e determinação de vida útil do ativo imobilizado, provisão para riscos trabalhistas e previdenciários, entre outros.

4. Apresentação das demonstrações financeiras:

4.1. Aprovação das demonstrações contábeis individuais

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 16 de março de 2022.

5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

O A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no IFRS16/CPC 06 (R2), IFRS 4/CPC 11, IAS39/CPC 38, IFRS7/CPC 40 (R1) e IFRS9/CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos IAS 39/CPC 38 e IFRS9/CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

Alterações no IFRS16/CPC 06 (R2), IFRS 4/CPC 11, IAS39/CPC 38, IFRS7/CPC 40 (R1) e IFRS9/CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência--Continuação

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no IFRS 16 e CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do IFRS16/CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o IFRS 16/CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

A Companhia não teve transações e impactos nas demonstrações financeiras.

Essa prorrogação não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras, devido a relevância dos saldos.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022-- Continuação

5.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

5.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de Postergação;

Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

5.1. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 *Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Banco conta movimento	1.157	461
Aplicações financeiras	88.361	39.465
	89.518	39.926

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em renda fixa, com rendimentos equivalentes às taxas de liquidez diária do CDI. As aplicações financeiras têm liquidez imediata, sem risco de mudança significativa de seu valor de mercado. Essas aplicações apresentam taxas que variam entre 101% e 107% do Certificado de Depósito Interbancário (98% e 104% em 2020).

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Contas a receber de clientes	510.153	376.788
Provisão para perda de créditos esperada	(1.478)	(1.880)
	508.675	374.908

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	2021	2020
Títulos a vencer		
Até 30 dias	42.714	64.482
De 31 a 90 dias	234.857	124.260
De 91 a 180 dias	228.037	176.112
	505.608	364.854
Vencidos		
Até 30 dias	3.026	7.556
De 31 a 90 dias	75	1.945
De 91 a 180 dias	51	557
De 181 a 360 dias	132	55
Mais de 360 dias	1.261	1.821
	4.545	11.934
	510.153	376.788

As provisões para perdas de crédito esperadas foram apuradas mediante aplicação de análise retrospectiva e prospectiva, considerando a avaliação da administração sobre os títulos vencidos e vincendos conforme disposto no CPC 48/ IFRS 09 – Instrumentos financeiros.

As movimentações na perda de crédito esperada do contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	1.880	2.479
Adições	8.197	7.635
Baixas	(8.599)	(8.234)
Em 31 de dezembro	1.478	1.880

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Estoques

	2021	2020
Produtos acabados	61.255	58.859
Matéria-prima	60.813	49.713
Produtos semielaborados	16.570	8.781
Material de embalagem	5.766	3.356
Outros	9.915	8.367
	154.319	129.076
(-) Provisão para obsolescência	(18.225)	(5.909)
	136.094	123.167

A provisão para perda em estoque em 2021 foi de R\$18.225 (R\$5.909 em 2020) e foi reconhecida para reduzir o valor aplicado aos estoques para a cobertura de perdas por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia.

As movimentações do saldo das provisões para perdas em estoques são:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	5.909	9.100
Adições	16.561	4.497
Baixas	(4.245)	(7.688)
Em 31 de dezembro	18.225	5.909

9. Impostos a recuperar

	2021	2020
IPI a compensar	51	76
ICMS a compensar (CIAP)	4.301	5.297
Pis e Cofins a compensar	19.983	-
Outros	71	323
Total	24.406	5.696
Circulante	22.986	2.785
Não circulante	1.420	2.911
Total	24.406	5.696

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outros créditos

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores (*)	7.665	11.050
Adiantamentos a funcionários	4.188	127
Créditos de <i>hedge</i> cambial a receber - Nota 25.b - item v	8.898	13.916
Outras contas	479	-
Total	21.230	25.093
Circulante	20.951	18.104
Não circulante	279	6.989
Total	21.230	25.093

(*) Saldo refere-se a adiantamentos de matérias-primas, produto para revenda e equipamentos para fábrica.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota de imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.940	94.182
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(27.860)	(32.022)
Impostos sobre diferenças permanentes		
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica	16.824	2.529
Incentivos fiscais	1.932	2.080
Juros sobre Capital Próprio	2.000	4.400
Despesas não dedutíveis	(4.301)	1.355
Provisão para perda dos estoques	4.187	24
Provisão para demandas judiciais	(278)	275
Arrendamento mercantil	2.459	(2.102)
<i>Hedge</i> cambial	1.706	(5.460)
Provisão de perda de crédito esperada do contas a receber	(137)	180
Outras Provisões	5.405	-
Depreciação – Societária x Fiscal	(2.762)	-
Crédito Extemporâneo – ICMS na Base do Pis/Cofins	(6.668)	-
Outras diferenças permanentes	(9.866)	(376)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	(17.359)	(29.117)
Alíquota efetiva	21,19%	30,91%
Correntes	(21.272)	(23.387)
Diferidos	3.913	(5.730)

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição

	2021	2020
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.815	6.629
Perda de estoques	18.225	5.909
Provisão de perda de crédito esperada do contas a receber	1.478	1.880
Hedge cambial	(8.898)	(15.321)
Provisões para amostra grátis	10.032	5.275
Provisões diversas	6.602	3.978
Crédito extemporâneo – ICMS na Base Pis/Cofins	(19.683)	-
Diferença depreciação	(8.195)	
Outras adições	9.827	2.578
Arrendamento mercantil	(12.798)	(20.031)
Total	2.405	(9.103)
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda diferido ativo	818	(3.095)
Saldo inicial do diferido	(3.095)	(2.635)
Imposto de renda diferido no resultado	3.913	(5.730)

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos industriais	Veículos (ii)	Imobilizado em andamento (i)	Total
Custo de aquisição									
31 de dezembro de 2019	23.266	103.735	7.996	38.588	16.408	121.121	35.929	10.679	357.722
Adições	-	82	1.030	187	2.272	18.021	18.616	49.203	89.411
Baixas	-	-	(2.559)	(307)	(7.071)	(11.838)	(7.836)	(88)	(29.699)
Transferências	-	31.126	19	4.314	155	1	-	(35.836)	(221)
31 de dezembro de 2020	23.266	134.943	6.486	42.782	11.764	127.305	46.709	23.958	417.213
Adições	-	738	571	23	8.193	12.688	30.792	38.442	91.447
Baixas	-	-	(2)	-	(416)	(44)	(3.669)	-	(4.131)
Reversão - provisão para baixas	-	-	161	31	2.728	2.209	-	20	5.149
Transferências	-	15.730	4	7.250	99	1.324	-	(25.504)	(1.097)
31 de dezembro de 2021	23.266	151.411	7.220	50.086	22.368	143.482	73.832	36.916	508.581
Depreciação acumulada									
31 de dezembro de 2019	-	(18.513)	(4.530)	(17.025)	(9.779)	(39.934)	(3.703)	-	(93.484)
Adições	-	(3.362)	(669)	(2.948)	(2.350)	(11.213)	(5.880)	-	(26.422)
Baixas	-	-	2.237	267	6.564	9.305	3.033	-	21.406
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2020	23.266	(21.875)	(2.962)	(19.706)	(5.565)	(41.842)	(6.550)	-	(98.500)
Adições	-	(2.096)	(724)	(765)	(4.799)	(8.597)	(11.100)	-	(28.081)
Baixas	-	-	1	-	382	38	1.776	-	2.197
Reversão - provisão para baixas	-	-	(21)	(12)	(2.439)	(571)	-	-	(3.043)
Transferências	-	-	-	75	-	(75)	-	-	-
31 de dezembro de 2021	23.266	(23.971)	(3.706)	(20.408)	(12.421)	(51.047)	(15.874)	-	(127.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	23.266	127.440	3.514	29.678	9.947	92.435	57.958	36.916	381.154
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.266	113.068	3.524	23.076	6.199	85.463	40.159	23.958	318.713
Taxa anual de depreciação		3%	10%	10%	20%	10%	20%		

(i) As aquisições em imobilizado em andamento referem-se basicamente aos projetos da área industrial.

(ii) Os veículos são garantia das operações de arrendamento mercantil (Nota Explicativa nº 15).

A Companhia não possui bens dados em garantia, exceto veículos.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

	Software (i)	Marcas, patentes e direitos comerciais (ii)	Total
31 de dezembro de 2019	36.278	6.948	43.226
Adições	8.893	732	9.625
Transferências	221	-	221
31 de dezembro de 2020	45.392	7.680	53.072
Adições	8.244	323	8.567
Transferências	1.099	(1)	1.098
31 de dezembro de 2021	54.735	8.002	62.737
31 de dezembro de 2019	(26.577)	(5.155)	(31.732)
Adições	(9.667)	(264)	(9.931)
Transferências	-	-	-
31 de dezembro de 2020	(36.244)	(5.419)	(41.663)
Adições	(9.849)	(182)	(10.031)
Transferências	-	-	-
1 de dezembro de 2021	(46.093)	(5.601)	(51.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.642	2.401	11.043
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.148	2.261	11.409
Taxa anual de depreciação	11,5% - 30,5%	20%	

- (i) As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme estabelecido em contrato e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefício econômico futuro, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.
- (ii) Referem-se a valores pagos para registros de marcas, patentes e direitos comerciais dos produtos comercializados pela Companhia. Nesta classe de intangível, estão registrados ativos com prazos determinados, os quais são amortizados pelo período de seu benefício futuro.

14. Arrendamentos - ativo de direito de uso

A Companhia possui contratos de arrendamento de imóveis e de equipamentos de informática que são utilizadas em suas operações. Os prazos de arrendamento de destes imóveis e equipamentos variam de dois a cinco anos. As obrigações da Companhia nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Geralmente, a Companhia está impedida de ceder e sublicenciar os ativos.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Arrendamentos - ativo de direito de uso--Continuação

A Companhia também possui alguns arrendamentos de equipamentos de escritório de baixo valor. Para esses casos, a Companhia aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor.

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

Movimentação de direito de uso

31 de dezembro de 2019	2.038
Adições	75
Despesa de depreciação	(651)
31 de dezembro de 2020	<u>1.462</u>
Adições	3.020
Despesa de depreciação	(716)
31 de dezembro de 2021	<u>3.766</u>

Movimentação de arrendamento a pagar

31 de dezembro de 2019	2.143
Acréscimo de juros	248
Pagamentos	(769)
31 de dezembro de 2020	<u>1.622</u>
Adições	3.021
Acréscimo de juros	240
Pagamentos	(842)
31 de dezembro de 2021	<u>4.041</u>

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos anuais - %	Vencimento	2021	2020
BNDES	TLP + 1,01% a 1,40% a.a +Pré fixado de 1,79% a 2,26% a.a	2028	114.740	53.275
FINAME	Pré-fixada 2,5% a 3,5% a.a.	2023	214	420
Santander	Juros equivalentes à taxa CDI + 1,61% a 2,88% a.a.	2021	123.954	62.324
Financiamento - Santander	Pré-fixada de 6,95% a 11,23% a.a.	2023	40.204	22.595
Financiamento - Bradesco	Pré-fixada de 9,03% a 12,55% a.a.	2022	1.499	3.828
Itaú	Juros equivalentes à taxa CDI + 1,2% a.a.	2022	35.711	66.503
Debêntures - Bradesco	Juros equivalentes à taxa CDI + 2,7% a.a.	2026	86.505	-
Total - Nota 23.b			402.827	208.945
Circulante			62.419	82.772
Não circulante			340.408	126.173
Total			402.827	208.945

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	-	59.188
2023	53.526	19.174
2024	83.211	10.299
2025	84.531	10.299
2026	67.388	10.299
2027	21.912	10.299
2028	18.228	6.615
2029	11.612	-
	340.408	126.173

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixas de atividade de financiamento:

	Financiamento	Empréstimo	Contrato hedge	BNDES	FINAME	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.359	102.722	2.144	-	626	124.851
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:						
Captações	18.658	40.000	-	52.354	-	111.012
Variação cambial	-	16.522	15.320	-	-	31.842
Reclassificação para ativo não circulante	-	-	(17.464)	-	-	(17.464)
Despesas com juros	1.849	5.121	-	1.521	12	8.503
Pagamentos	(13.443)	(35.538)	-	(600)	(218)	(49.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.423	128.827	-	53.275	420	208.945
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:						
Captações	29.568	205.000	-	60.000	-	294.568
Variação cambial	-	3.578	-	-	-	3.578
Despesas com juros	2.363	14.794	-	8.069	8	25.234
Pagamentos	(16.651)	(106.029)	-	(6.604)	(214)	(129.498)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	41.703	246.170	-	114.740	214	402.827

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As operações de arrendamento mercantil possuem como garantia os próprios bens adquiridos (Nota Explicativa nº 14).

- Banco Itaú - O contrato de empréstimo de capital de giro do Banco Itaú foi firmado em 13 de dezembro de 2019, no valor de R\$60 milhões, com vencimento do principal em 13 de dezembro de 2022, com pagamentos de juros semestrais. Não há garantias, nem cláusulas restritivas.

- Debêntures Bradesco - O Contrato da primeira emissão de debêntures simples junto ao banco Bradesco foi firmado em 14 de maio de 2021, no valor de R\$ 85 milhões, com vencimento do principal em 30 de abril de 2026, com pagamento de juros semestrais e pagamento do principal, em três parcelas iguais, a considerar a partir do 36º mês contado da data de emissão. O contrato não possui garantias e possui cláusula restritiva, cujo endividamento não poderá ultrapassar 3,0 vezes o valor do EBITDA no primeiro ano, 2,5 vezes o valor do EBITDA nos anos seguintes.

- Banco Santander - O contrato de empréstimo do Banco Santander na modalidade 4131 foi firmado em 26 de fevereiro de 2021, no valor de R\$120 milhões, onde R\$40 milhões referem-se a reestruturação e alongamento da dívida de capital de giro, com vencimento do principal em 26 de fevereiro de 2026, com pagamentos de juros semestrais. O contrato não possui garantias e possui cláusula restritiva, cujo endividamento não poderá ultrapassar 2,5 vezes o valor do EBITDA no primeiro ano, 2,0 vezes o valor do EBITDA nos anos seguintes.

- BNDES - Existem dois contratos de financiamento junto BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), cujas garantias são imóveis e não há cláusulas restritivas, sendo:

- Pró-Inovação - firmado em 20 de fevereiro de 2020, no valor total de R\$94,9 mil, com liberações parciais. Houve três liberações sendo: R\$20 milhões em 16 de março de 2020, R\$20 milhões em 27 de novembro de 2020 e R\$ 40 milhões em 23 de novembro de 2021. O prazo da dívida é de 96 meses após assinatura do contrato, com pagamento de juros trimestrais.
- Pró-Industrial - firmado em 20 de junho de 2020, no valor total de R\$58,9 milhões, com liberações parciais. Houve duas liberações sendo: R\$12,3 mil em 15 de outubro de 2020 e R\$20 milhões em 23 de novembro de 2021. O prazo para pagamento é de 96 meses após assinatura do contrato, com pagamento de juros trimestrais.

- Cláusulas restritivas – Covenants - Todos os índices foram atendidos pela Companhia na data da emissão das demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

Tipo	Definição	Nível máximo de Endividamento
Covenants	Dívida Líquida/Ebitda(Ajustado)	Menor ou igual a 2,5
Covenants	Dívida Líquida/Ebitda(Ajustado)	Menor ou igual a 3,0

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Fornecedores

Os saldos de fornecedores correspondem, principalmente, a compras de matéria-prima, produtos utilizados no processo produtivo e aquisição de ativo imobilizado:

	2021	2020
Fornecedores nacionais	41.288	37.380
Fornecedores do exterior	19.021	21.795
Total - Nota 25.b	60.309	59.175

17. Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
ICMS	14.456	5.538
ICMS de substituição tributária	3.210	859
PIS	1.144	370
COFINS	5.378	1.820
Outros	356	301
	24.544	8.888

18. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2021	2020
INSS	6.695	5.157
FGTS	2.107	1.684
Provisão de férias	10.006	9.227
IRRF	5.837	6.836
PLR	33.119	18.584
Outros	358	58
	58.122	41.546

19. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de seus negócios.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos, conforme apresentados a seguir:

	2021			2020		
	Contingências prováveis	Depósitos judiciais	Contingências prováveis líquidas	Contingências prováveis	Depósitos judiciais	Contingências prováveis líquidas
Trabalhistas	5.631	(812)	4.819	6.460	(1.983)	4.477
Cíveis	184	-	184	169	-	169
	5.815	(812)	5.003	6.629	(1.983)	4.646

A movimentação ocorrida no exercício é demonstrada a seguir:

	2020	Adições	Reversões	Atualização	2021
Trabalhistas (i)	6.460	727	(1.698)	142	5.631
Cíveis (ii)	169	15	-	-	184
	6.629	742	(1.698)	142	5.815
Depósitos judiciais	(1.983)	(432)	1.745	(142)	(812)
	4.646	310	47	-	5.003

(i) A Companhia figura em processos trabalhistas, nos quais se discutem horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos, os valores das provisões são mensurados caso a caso.

(ii) As principais ações cíveis estão relacionadas com processos administrativos no valor de R\$169.

A Companhia está envolvida em outros processos de naturezas trabalhistas, cíveis e tributários, cujo valor totaliza R\$21.436 (R\$12.393 em 2020) que, por apresentarem probabilidade de perda possível, na opinião de seus assessores jurídicos, não requerem o registro de provisões.

Depósitos judiciais

A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	2020	Adições	Reversões	2021
Trabalhistas	1.499	353	(1.478)	374
Cíveis	2.465	-	-	2.465
	3.964	353	(1.478)	2.839

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$278.000, representado por 1.000 ações, no valor nominal de R\$278 por ação.

Acionistas	Percentual sobre capital	Nº ações ordinárias	Montante
Regida Empreendimentos e Participações S.A.	60,00%	600.000	166.799
Maria Antonieta Spallicci	10,00%	100.000	27.800
Ana Spallicci	10,00%	100.000	27.800
Mario Renato Spallicci	10,00%	100.000	27.800
Roberta Sarkis Spallicci	3,33%	33.333	9.267
Fábio Sarkis Spallicci	3,33%	33.333	9.267
Ricardo Sarkis Spallicci	3,33%	33.333	9.267
			<u>278.000</u>

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a compensação de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Após a constituição da reserva legal e da contabilização dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo remanescente dos lucros é transferido para "Reservas de retenção de lucros", aguardando destinação pela Assembleia Geral Ordinária.

c) Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio

Conforme prevê a legislação fiscal, a Companhia optou por efetuar, a título de remuneração de seus acionistas, o pagamento de juros sobre o capital próprio apurado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), sobre a movimentação do patrimônio líquido.

Os juros apurados foram registrados como "Despesas financeiras" e para fins de apresentação das demonstrações financeiras estão demonstrados como redução do patrimônio líquido a título de distribuição de dividendos aos acionistas.

Aos detentores das ações é assegurado um dividendo obrigatório correspondente a 25%, calculado com base no lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei. Os dividendos foram calculados, conforme demonstrado a seguir:

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

c) Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio--Continuação

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	64.581	65.065
(-) Reserva legal	(3.229)	(3.253)
Base para cálculo dos dividendos	61.352	61.812
Dividendos obrigatórios	15.338	15.453
Pagamento de juros sobre o capital próprio, líquido	(5.000)	(11.000)
Dividendos líquidos - Nota 25.b	10.338	4.453

d) Lucro líquido por ação

O cálculo de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do lucro básico por ação é o seguinte:

	2021	2020
Lucro do exercício	64.581	65.065
Ações ordinárias em circulação	1.000	1.000
Lucro por lote de mil ações - básico	64,58	65,06

A Companhia não possui ações em potencial, ou seja, qualquer instrumento e contratos que possam resultar na emissão de ações. Por esse motivo não há demonstração do resultado por ação diluído, e não há movimentação da quantidade de ações nos exercícios de 2021 e 2020.

21. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita bruta do mercado interno	1.212.529	964.575
Devolução de vendas	(4.713)	(3.622)
Impostos incidentes sobre vendas	(173.732)	(144.641)
	1.034.084	816.312

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Despesas por natureza

O detalhamento da demonstração do resultado por natureza é como segue:

	2021	2020
Gastos com pessoal	(310.279)	(247.123)
Matéria-prima, materiais e insumos	(228.449)	(174.790)
Despesas promocionais e comerciais	(120.859)	(91.468)
Custo de transformação	(88.333)	(77.064)
Honorários e serviços prestados	(53.931)	(35.145)
Despesas com utilidades e manutenção	(33.074)	(27.242)
Despesas com ocupação e aluguel	(30.050)	(23.296)
Perdas no estoque	(30.638)	(7.637)
Despesas com impostos e taxas	(19.481)	(14.537)
Outras despesas/receitas	(22.151)	(12.241)
	(937.245)	(710.543)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(347.421)	(259.716)
Despesas com vendas	(395.641)	(305.295)
Despesas gerais e administrativas	(194.183)	(145.532)
	(937.245)	(710.543)

23. Resultado financeiro

	2021	2020
Rendimento de aplicações financeiras	5.703	2.215
Variação cambial ativa	11.300	26.114
Receita de juros	6.754	442
Receitas com <i>hedge</i>	19.310	39.542
Outras receitas financeiras	47	520
Total das receitas financeiras	43.114	68.833
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(25.094)	(8.700)
Variação cambial passiva	(17.479)	(44.975)
Descontos concedidos	-	(40)
Despesas de juros	(193)	(173)
Despesas com <i>hedge</i>	(17.141)	(21.985)
Outras despesas financeiras	(3.121)	(1.681)
Total das despesas financeiras	(63.028)	(77.554)
Resultado financeiro líquido	(19.914)	(8.721)

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas de benefícios a empregados

a) Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou uma despesa para participação nos lucros no montante R\$ 33.950 (R\$19.787 em 2020), distribuído nas rubricas de "Custos dos produtos vendidos, despesas administrativas e despesas comerciais". O plano para participação nos lucros possui pagamentos semestrais, e, em 31 de dezembro de 2021, permanecia um saldo a pagar no montante de R\$33.119 (R\$18.584 em 2020).

b) Plano de previdência privada

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar de contribuição definida, que abrange todos os seus colaboradores (adesão opcional), nas modalidades Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) ou na modalidade Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), administrado por entidade de previdência privada.

No exercício de 2021, a Companhia efetuou contribuição no montante de R\$2.630 (R\$1.730 em 2020) para a previdência privada.

25. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação contábil e valores justos--Continuação

	2021							
	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Valor justo			
					Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	88.361	1.157	-	89.518	1.157	88.361	-	89.518
Contas a receber de clientes	-	508.675	-	508.675	-	508.675	-	508.675
Adiantamento a fornecedores	-	7.665	-	7.665	-	7.665	-	7.665
	88.361	517.497	-	605.858	1.157	604.701	-	605.858
Empréstimos e financiamentos	-	-	402.827	402.827	-	402.827	-	402.827
Fornecedores	-	-	60.309	60.309	-	60.309	-	60.309
Dividendos a pagar	-	-	10.338	10.338	-	10.338	-	10.338
Contas a pagar	-	-	12.181	12.181	-	12.181	-	12.181
	-	-	485.655	485.655	-	485.655	-	485.655

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação contábil e valores justos--Continuação

	2020							
	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Valor justo			
					Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	39.465	461	-	39.926	461	39.465	-	39.926
Contas a receber de clientes	-	374.908	-	374.908	-	374.908	-	374.908
Adiantamento a fornecedores	-	11.050	-	11.050	-	11.050	-	11.050
	39.455	386.419	-	425.884	461	425.423	-	425.884
Empréstimos e financiamentos	-	-	208.945	208.945	-	208.945	-	208.945
Fornecedores	-	-	59.175	59.175	-	59.175	-	59.175
Dividendos a pagar	-	-	4.453	4.453	-	4.453	-	4.453
Contas a pagar	-	-	6.514	6.514	-	6.514	-	6.514
	-	-	279.087	279.087	-	279.087	-	279.087

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe aos seguintes riscos financeiros:

i) *Risco de crédito*

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As vendas realizadas são administradas por um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na abertura das contas a receber por idade de vencimento, conforme Nota Explicativa nº 7.

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima ao risco de crédito era a seguinte:

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	89.518	39.926
Contas a receber de clientes	7	508.675	374.908
Outros créditos	10	21.230	25.093
Depósitos judiciais	19	2.839	3.964
		622.262	443.881

A Companhia não possui nenhum cliente que represente mais de 15% de suas vendas.

Adicionalmente, a Companhia realiza aplicações financeiras apenas em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar riscos de crédito.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de contas a receber de clientes é calculada com base em uma avaliação de risco de um cliente vir a não honrar com o pagamento nas datas de vencimento e na dificuldade de recuperação desse crédito mediante cobrança amigável.

A área de Análise de Créditos avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração a sua posição financeira, histórico de pagamentos, informações de balanço e de instituições de análise de crédito.

As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia são 100% transacionadas com instituições financeiras de primeira linha.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Fatores de risco financeiro--Continuação

ii) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para honrar os compromissos assumidos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

		2021				Valor justo
		Nota	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos	Total contábil
Empréstimos e financiamentos	15		62.419	53.526	286.882	402.827
Fornecedores	16		60.309	-	-	60.309
Dividendos a pagar	20.c		10.338	-	-	10.338
Contas a pagar			12.181	-	-	12.181
Arrendamento mercantil financeiro	14		1.113	1.037	1.891	4.041
			146.360	54.563	288.773	489.696

		2020				Valor justo
		Nota	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos	Total contábil
Empréstimos e financiamentos	15		82.772	59.188	66.985	208.945
Fornecedores	16		59.175	-	-	59.175
Dividendos a pagar	20.c		4.453	-	-	4.453
Contas a pagar			6.514	-	-	6.514
Arrendamento mercantil financeiro	14		563	573	485	1.622
			153.477	59.761	67.470	280.709

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Fatores de risco financeiro--Continuação

iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco cambial

O risco associado decorre dos valores a pagar denominados em moeda estrangeira, estando, portanto, expostos a riscos a flutuações nas taxas de câmbio.

Fornecedores do exterior	2021		2020	
	Moeda funcional	Reais	Moeda funcional	Reais
Dólar - USD	1.024	5.715	1.597	8.300
Euro - EUR	1.140	7.203	652	4.161
Franco Suíço - CHF	997	6.103	1.581	9.334
	3.161	19.021	3.830	21.795

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas.

iv) *Gestão de capital*

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital social são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Fatores de risco financeiro--Continuação

v) Hedge de valor justo

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa mantinha contrato de *swap* de taxa de juros que prevê que a Empresa receba taxa de juros de 100% CDI + 1,2% e pague uma taxa equivalente a 2,9%. O *swap* está sendo utilizado como *hedge* da exposição à variação cambial garantindo uma taxa de juros de 100% do CDI + 1,2%.

	Empréstimo	Swap	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(58.005)	(2.144)	(60.149)
Juros	(1.143)	-	(1.143)
Imposto	1.101	-	1.101
Pagamento	8.066	-	8.066
Variação cambial	(16.522)	-	(16.522)
Perda <i>swap</i>	-	(15.321)	(15.321)
Reclassificação para ativo não circulante	-	17.465	17.465
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(66.503)	-	(66.503)
Juros	37	-	37
Imposto	10	-	10
Pagamento	34.324	-	34.324
Variação cambial	(3.579)	-	(3.579)
Perda <i>swap</i>	-	(10.928)	(10.928)
Reclassificação para ativo não circulante	-	10.928	10.928
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(35.711)	-	(35.711)

	Swap a receber	Swap a pagar (i)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(2.144)
Ganho	31.381	-
Perda	-	(15.321)
Reclassificação para ativo não circulante	(17.465)	17.465
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.916	-
Ganho	18.545	-
Perda	-	(16.079)
Realização – Perda	(7.484)	-
Reclassificação para ativo não circulante	(16.079)	16.079
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.898	-

Circulante	8.619	-
Não circulante	279	-
Total - Nota 10	8.898	-

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Fatores de risco financeiro--Continuação

v) *Hedge de valor justo*--Continuação

O impacto do instrumento de *hedge* no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 é demonstrado abaixo:

	Valor nocional (USD)	Valor contábil (R\$)	Inefetividade
2020	12.794	13.916	(462)
2021	6.388	8.898	(1.113)

26. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e Conselhos da Companhia, totalizou R\$ 13.851 (R\$3.309 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 13.380 para diretoria estatutária e R\$ 471 mil para conselheiros fiscais. Nos valores estão incluídos salários e adicionais.

Não existem empréstimos para pessoas-chave da administração.

Os principais executivos da Companhia são investidores e/ou controladores de outras entidades jurídicas em ramos econômicos diversos, sem correlação com o objeto social da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram transações de nenhuma natureza entre a Companhia e as outras entidades partes relacionadas.

27. Seguros

A administração da Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Apsen Farmacêutica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui as seguintes apólices de seguros:

Bem segurado	Risco coberto	Valor de cobertura
Despesas fixas	Lucros cessantes	796.742
Danos cíveis próprio e terceiros	Responsabilidade civil	5.000
Prédio e conteúdo	Danos materiais	407.623
Veículos	Avaria, roubo e furto	11.152

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.